

Administração Pública e Partidos Políticos

Prof. Me. Charles Antonio Kieling

Novembro de 2011

Estudando os procedimentos administrativos, de gestão e de estratégias, encontramos diferentes orientações para articular as organizações. Apesar de todos terem como enfoque o campo administrativo, é evidente a multiplicidade de especificidades. As metodologias, ou seja, os caminhos racionais para analisar, investigar e produzir informações plausíveis de aplicação está entre os mais variados. Mas foi pelo método da observação que os teóricos da administração, ainda na primeira metade do século XX, apresentaram os resultados mais consistentes quanto a uma visão científica ou racional.

O objetivo desses pioneiros, que fundamentaram suas análises em metodologia científica, era o de descobrir o melhor processo para a execução de determinada atividade, identificando e aprimorando a eficiência para assim melhorar os resultados. A motivação estava orientada por três princípios:

- executar métodos mais eficientes;
- treinar o agente no cumprimento das tarefas;
- centralizar as observações.

Esses primeiros estudos abriram caminho para que outras áreas, com conhecimentos metodológicos mais consistentes e testados em diversos cenários, penetrassem no campo da Administração com o objetivo de produzir conhecimento aplicável. Das áreas do conhecimento que se propuseram a essa empreitada estão às Ciências Sociais.

As Ciências Sociais ao analisar as dinâmicas das empresas e organizações, colocou em dúvida as orientações de eficiência e resultado até então tidos como referência, bem como questionou o arcabouço científico da Administração:

Em que estaria repousado o método administrativo?

Seria o método uma execução racional ou uma decisão racional?

Estaria o método administrativo focado na eficiência dos processos ou na eficácia dos resultados?

Em que pese os desdobramentos das pesquisas que se seguiram, percebeu-se contribuições imediatas. As Ciências Sociais produziram novos conhecimentos e permitiram uma compreensão ampliada do fenômeno administrativo. Dois pontos essenciais ficaram patentes nos resultados das pesquisas focadas na dimensão dinâmica das organizações: decisão e mobilidade.

Esses dois pontos, em linhas gerais, foram colocados da seguinte maneira:

- Na Administração a decisão é o elo estruturante que garante a dimensão dinâmica da organização.

- É a dimensão dinâmica o agente que fundamenta a mobilidade da organização, tornando-a num permanente processo de estruturação.

Nas Organizações Públicas a dimensão dinâmica ocorrerá nos processos de concurso público, com o recrutamento de servidores, e pelo viés do processo eletivo, onde outros decisores ocupam as instâncias da Administração Pública e promovem a mobilidade da organização fundamentada em decisões que articulam o empoderamento do Partido Político que conquistou o poder e dos Partidos Políticos aliados.

No contexto brasileiro, Administração Pública e Partidos Políticos estabelecem as relações de poder sem o qual nenhum deles existe. Os Partidos Políticos organizam suas propostas políticas – sejam em debates públicos, ou internos, ou em grupos setorializados – objetivando aplicar as mesmas via Administração Pública.

Sem contextualizar as relações de poder no ambiente das organizações públicas, careceríamos de entendimentos mínimos sobre o Estado enquanto instância política e quanto às ações por ele realizadas. Essa é a principal distinção entre o público e o privado. Enquanto nas organizações públicas encontramos o embate político estabelecendo as relações de poder, no ambiente administrativo das organizações privadas tal embate se dá, quando ocorre, em situações específicas e bem localizadas nos projetos da organização.

O poder constitui o elemento explicativo nas análises e entendimentos organizacionais nas áreas da Administração Pública. O poder estabelece as relações de mando e obediência, bem como as articulações, persuasões, união de grupos, afastamentos, resistências e conflitos.

Todas as organizações públicas são constituídas por servidores que assumiram funções e

cargos após serem classificados em concursos públicos. Entretanto, esses servidores ficam sob a administração de diversos outros que assumem temporariamente cargos e funções delegadas pelos processos decisórios do sufrágio universal. Os ocupantes desses cargos eletivos designam os nomes de outros que passam a ocupar pastas administrativas em ministérios, secretarias, autarquias, gabinetes e demais espaços da Administração Pública.

Assim, a Administração Pública legitima o processo democrático e representativo, onde

as propostas, programas e projetos políticos, discutidos no período anterior ao escrutínio, podem ser viabilizados pelas composições partidárias.

A Administração Pública, assim, corresponde numa divisão entre partidos que somaram forças para vencerem as eleições. Dessa forma, apesar do Poder Executivo assumir a administração central, o fato marcante da Administração Pública será sua segmentação multifacetada correspondendo aos Partidos que comporão com a administração central. No jogo político, cada representante ocupante de cargos administrativos estará legitimado principalmente pela sua capacidade em estabelecer densidade eleitoral; ou seja, quanto mais voto e representatividade conseguir somar em torno de si, maiores serão suas oportunidades em ocupar os espaços administrativos considerados estratégicos para os grupos que representa.

Assim, os projetos, propostas e programas de foro administrativo, bem como a forma como a organização pública se estruturam quanto sua mobilidade e fluidez nas atividades, decorrem de contingências externas, originárias das relações partidárias, das necessidades e demandas (políticas, sociais e econômicas), dinamizadas por Partidos de oposição e pelos órgãos de controle e fiscalização.